

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

DECRETO N.º 5.499/2024

Dispõe sobre a regularização fundiária de núcleos urbanos informais no Município de PiUMHI – MG e cria o Programa de Regularização Fundiária e dá outras providências.

O Chefe do Poder Executivo do Município de PiUMHI/MG, PAULO CÉSAR VAZ, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o preceito constitucional de que a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, contido no artigo 182 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 10.257/2001 – Estatuto da Cidade estabeleceu como uma das diretrizes da política urbana a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações, artigo 2º, I, a ordenação e o controle do uso do solo, artigo 2º, VI, a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização, artigo 2º, IX, e ainda a regularização fundiária como instrumento de política urbana, artigo 4º, V, "q";

CONSIDERANDO que a regularização fundiária de áreas ocupadas irregularmente por população de baixa renda é uma das formas de intervenção concreta do Poder Público para o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 13.465/2017 estabelece instrumentos e procedimentos para a implementação de processos de regularização fundiária (REURB) em todo o território nacional, atribuindo competências aos Municípios, em especial, para requerer e instaurar a REURB, classificar as modalidades da REURB, processar, analisar e aprovar os projetos de regularização fundiária e emitir a Certidão de Regularização Fundiária (CRF), conforme artigos 14, I, 28 e 30 da citada lei;

CONSIDERANDO a existência de diversas áreas com processo irregular de parcelamento e ocupação do solo urbano, configurando núcleos urbanos informais consolidados e predominantemente habitados por população de baixa renda, caracterizadas como de interesse social para fins de regularização fundiária.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I

Da Regularização Fundiária Urbana

Art.1º Ficam instituídas normas e procedimentos aplicáveis à Regularização Fundiária Urbana (Reurb) no Município de PiUMHI – MG, e cria o Programa de Regularização Fundiária, que abrange medidas administrativas, jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes, de acordo com os critérios contidos na Lei Federal 13.465/2017 e Decreto Federal 9.310/2018 em conformidade com as legislações Federal e Estadual.

§1º O Município de PiUMHI – MG formulará e desenvolverá no espaço urbano as políticas de suas competências de acordo com os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental e ordenação territorial, buscando a ocupação do solo de maneira eficiente, combinando seu uso de forma funcional.

§2º A Reurb promovida por meio da legitimação fundiária somente poderá ser aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes, na forma deste Decreto, até 22 (vinte e dois) de dezembro de 2016.

§3º O Município de PiUMHI – MG acompanhará os serviços necessários a implantação da Reurb-S, que poderá ser apresentado por empresas especializadas custeadas pelos beneficiários, ou ainda, credenciar empresas especializadas para a realização dos serviços.

Art.2º Constituem objetivos da Reurb promovida em âmbito do Município de PiUMHI – MG:

I- Identificar os núcleos urbanos informais que devam ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;

II – criar unidades imobiliárias compatíveis com o ordenamento territorial urbano e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;

III – ampliar o acesso a terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;

IV – promover a integração social e a geração de emprego e renda;

V – incentivar a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Poder Público e a sociedade;

VI – garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas;

VII – garantir a efetivação da função social da propriedade;

VIII – ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

IX – concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo;

X – prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais;

XI – conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;

XII – proporcionar a participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária;

XIII – articular-se com as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental e mobilidade urbana, nos diferentes níveis de governo;

XIV – controlar, fiscalizar e coibir novas ocupações irregulares na área objeto de Reurb.

Art.3º Para fins deste Decreto considera-se:

I – núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei nº 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural;

II – núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

III – núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos, entre outras circunstâncias a serem avaliadas pelo Município de Piumhi – MG;

IV – demarcação urbanística: procedimento destinado a identificar os imóveis públicos e privados abrangidos pelo núcleo urbano informal e a obter a anuência dos respectivos titulares de direitos inscritos na matrícula dos imóveis ocupados, culminando com averbação na matrícula destes imóveis da viabilidade da regularização fundiária, a ser aprovada a critério do Município de Piumhi – MG;

V – Certidão de Regularização Fundiária (CRF): documento expedido pelo Município de Piumhi – MG ao final do procedimento da Reurb, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo a sua execução e, no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;

VI – legitimação de posse: ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma deste Decreto, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;

VI – legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da Reurb;

VII – ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal de terras públicas ou privadas em núcleos urbanos informais.

§1º Para fins da Reurb, ficam dispensadas as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público, ao tamanho dos lotes regularizados ou a outros parâmetros urbanísticos e edícios estabelecidos pela Lei Complementar Municipal 67/2019.

§2º O termo de compromisso necessário ao projeto urbanístico, conterá o cronograma da execução de obras e serviços e da implantação da infraestrutura essencial e poderá prever compensações urbanísticas e ambientais, quando necessárias.

§3º Constatada a existência de núcleo urbano informal situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente ou em área de unidade de conservação de uso sustentável ou de proteção de mananciais definidas pelo Poder Público de qualquer esfera governamental, a Reurb observará, também, o disposto nos artigos 64 e 65 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, hipótese na qual se torna obrigatória a elaboração de estudos técnicos, no âmbito da Reurb, que justifiquem as melhorias ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior, inclusive por meio de compensações ambientais, quando for o caso.

§4º Cabe ao Município de Piumhi – MG proceder com a aprovação do projeto de regularização fundiária tratado no § 3º.

§5º No caso de a Reurb abranger área de unidade de conservação de uso sustentável que, nos termos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, admita regularização, será exigida também a anuência do órgão gestor da unidade, desde que estudo técnico comprove que essas intervenções de regularização fundiária implicam a melhoria das condições ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior.

§6º Na Reurb cuja ocupação tenha ocorrido às margens de reservatórios artificiais de água destinados à geração de energia ou ao abastecimento público, a faixa da área de preservação permanente consistirá na distância entre o nível máximo operativo normal e a cota máxima maxímorum.

Art.4º O Município, por meio da Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento é responsável pela aprovação da Reurb, que compreende a aprovação urbanística do projeto de regularização fundiária e o parecer da Secretaria Municipal de Agropecuária, Abastecimento e Meio Ambiente.

§1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento deverá manifestar ciente e aprovação do projeto apresentado nos moldes legais.

§2º Os estudos referidos no artigo 3º deverão ser elaborados por profissional legalmente habilitado, compatibilizar-se com o projeto de regularização fundiária e conter, conforme o caso, os elementos constantes dos artigos 64 ou 65 da Lei nº 12.651/2012.

§3º Os estudos técnicos referidos no artigo 3º aplicam-se somente às parcelas dos núcleos urbanos informais situados nas áreas de preservação permanente, nas unidades de conservação de uso sustentável ou nas áreas de proteção de mananciais e poderão ser feitos em fases ou etapas, sendo que a parte do núcleo urbano informal não afetada por esses estudos poderá ter seu projeto aprovado e levado a registro separadamente.

Art.5º A Reurb compreende duas modalidades:

I – Reurb de Interesse Social (Reurb-S): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população cuja renda familiar não ultrapasse a 5 (cinco) salários mínimos;

II – Reurb de Interesse Específico (Reurb-E): regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.

§1º A predominância a que se refere o inciso I será aferida quando mais da metade dos imóveis forem ocupados por famílias com renda per capita inferior a 5 (cinco) salários mínimos, tendo por referência os dados oficiais do IBGE para o município, podendo ser fundamentado ainda em outras informações oficiais disponíveis em relação ao núcleo urbano a ser regularizado.

§2º O chefe do poder executivo municipal, aquiescendo com o teor dos fundamentos previsto no parágrafo anterior, expedirá ato normativo declarando o núcleo urbano informal como de interesse social ou específico.

§3º As isenções previstas na legislação federal aplicam-se integralmente aos procedimentos de Reurb desenvolvidos em âmbito municipal, inclusive àqueles que tenham por objeto conjuntos habitacionais ou condomínios de interesse social construídos pelo Poder Público, diretamente ou por meio da administração pública indireta, que já tenham sido implantados até 22 de dezembro de 2016.

§4º A classificação da modalidade visa exclusivamente à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação das obras da infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e dos emolumentos notariais e registrais em favor daqueles a quem for atribuído o domínio das unidades imobiliárias regularizadas.

§5º A classificação da modalidade da Reurb de unidades imobiliárias residenciais ou não residenciais integrantes de núcleos urbanos informais poderá ser feita, a critério do poder executivo, ou quando for o caso, de forma integral, por partes ou de forma isolada por unidade imobiliária.

§6º No mesmo núcleo urbano informal, poderá haver as duas modalidades de Reurb, desde que a parte ocupada predominantemente por população de baixa renda seja regularizada por meio de Reurb-S e o restante do núcleo por meio de Reurb-E.

§7º A regularização fundiária de núcleos urbanos informais constituídos por unidades imobiliárias não residenciais poderá ser feita por meio de Reurb-S ou Reurb-E.

§8º A partir da disponibilidade de equipamentos e infraestrutura para prestação de serviço público de abastecimento de água, coleta de esgoto, distribuição de energia elétrica, ou outros serviços públicos, é obrigatório aos beneficiários da Reurb realizar a conexão da edificação à rede de água, de coleta de esgoto ou de distribuição de energia elétrica e adotar as demais providências necessárias à utilização do serviço.

Art.6º Ficam declarados como de interesse social para fins de regularização fundiária na modalidade REURB-S, com base nos critérios estabelecidos no artigo 5º, uma vez que há predominância de população de baixa renda nas áreas objeto de REURB, nos termos do artigo 13, inciso I, e artigo 30, inciso I, ambos da Lei Federal nº 13.465/2017 nos

bairros, localidades ou distritos integrantes do Município de Piumhi.

Parágrafo único. Poderá haver regularização na modalidade REURB-E, por qualquer interessado desde que apresentado à documentação junto ao Poder Executivo Municipal nos moldes da legislação supracitada.

Art.7º São isentos de custas e emolumentos os atos necessários ao registro da Reurb-S.

§1º As isenções de custas e emolumentos a que se refere o caput independem do disposto no § 4º do artigo 11 da Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005 .

§2º As isenções de custas e emolumentos aplicam-se a partir da classificação prevista nos artigos 13 e 30, caput, inciso I, da Lei nº 13.465/2017, pelo Município de Piumhi – MG, como Reurb-S.

§3º Para a aplicação das isenções de custas e emolumentos na fase de processamento administrativo da Reurb-S anterior à emissão da CRF, o interessado apresentará documento emitido pela Secretaria Municipal de Assistência Social que ateste a classificação da regularização do núcleo urbano informal como Reurb-S.

Art.8º Os atos necessários ao registro da Reurb-S, a que se refere o caput do artigo anterior, compreendem, entre outros:

I – o primeiro registro da Reurb-S, o qual confere direitos reais aos beneficiários;

II – o registro da legitimação fundiária;

III – o registro do título de legitimação de posse e a sua conversão em título de propriedade;

IV – o registro da CRF e do projeto de regularização fundiária, com abertura de matrícula para cada unidade imobiliária urbana regularizada;

V – a primeira averbação de construção residencial, desde que respeitado o limite de até 70 (setenta) metros quadrados;

VI – a aquisição do primeiro direito real sobre unidade imobiliária derivada da Reurb-S;

VII – o primeiro registro do direito real de laje no âmbito da Reurb-S;

VIII – a averbação das edificações de conjuntos habitacionais ou condomínios;

IX – a abertura de matrícula para a área objeto da regularização fundiária, quando necessária;

X – a abertura de matrículas individualizadas para as áreas públicas resultantes do projeto de regularização; e

XI – a emissão de certidões necessárias para os atos previstos neste artigo.

Parágrafo único. As certidões referidas no inciso XI do caput são relativas à matrícula, à transcrição, à inscrição, à distribuição de ações judiciais e aos registros efetuados no âmbito da Reurb, entre outras que se fizerem necessárias pelo Poder Executivo Municipal.

Art.9º Fica admitido o uso misto de atividades nas ações de Regularização Fundiária Urbana, visando à promoção da integração social e a geração de emprego e renda no núcleo urbano informal.

Seção II

Dos Legitimados para Requerer a Reurb

Art.10. Fica o Município de Piumhi – MG autorizado a instaurar o procedimento de Reurb em núcleos urbanos informais, sem prejuízo dos seguintes legitimados:

I – a União, os Estados, o Distrito Federal, diretamente ou por meio de entidades da administração pública indireta;

II – os seus beneficiários, individual ou coletivamente, diretamente ou por meio de cooperativas habitacionais, associações de moradores, fundações, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público ou outras associações civis que tenham por finalidade atividades nas áreas de desenvolvimento urbano ou regularização fundiária urbana;

III – os proprietários de imóveis ou de terrenos, loteadores ou incorporadores;

IV – a Defensoria Pública, em nome dos beneficiários hipossuficientes; e

V – o Ministério Público.

§1º Os legitimados poderão promover todos os atos necessários à regularização fundiária, inclusive requerer os atos de registro.

§2º Nos casos de parcelamento do solo, de conjunto habitacional ou de condomínio informal, empreendidos por particular, a conclusão da Reurb confere direito de regresso àqueles que suportarem os seus custos e obrigações contra os responsáveis pela implantação dos núcleos urbanos informais.

§3º O requerimento de instauração da Reurb por proprietários de terreno, loteadores e incorporadores que tenham dado causa à formação de núcleos urbanos informais, ou os seus sucessores, não os eximirá de responsabilidades administrativa, civil ou criminal.

CAPÍTULO II

DOS INSTRUMENTOS DA REURB

Seção I

Disposições Gerais

Art.11. Poderão ser utilizados, no âmbito da Reurb, os institutos jurídicos previstos na Lei Federal 13.465 de 2017, sem prejuízo de outros que se mostrarem adequados.

Art.12. Na Reurb-E, promovida sobre bem público, havendo solução consensual, a aquisição de direitos reais pelo particular ficará condicionada ao pagamento do justo valor da unidade imobiliária regularizada, a ser apurado na forma estabelecida em ato do Poder Executivo e em conformidade com o disposto no art.37 deste Decreto, sem considerar o valor das acessões e benfeitorias do ocupante e a valorização decorrente da implantação dessas acessões e benfeitorias.

Parágrafo Único. As áreas de propriedade do Poder Público registradas no Registro de Imóveis que sejam objeto de ação judicial versando sobre a sua titularidade, poderão ser objeto da Reurb, desde que seus fundamentos estejam previstos no presente decreto.

Art.13. Na Reurb-S promovida sobre bem público, o registro do projeto de regularização fundiária e a constituição de direito real em nome dos beneficiários poderão ser feitos em ato único, a critério do Município de Piumhi – MG.

§1º Nos casos previstos no caput deste artigo, serão encaminhados ao cartório o instrumento indicativo do direito real constituído, a listagem dos ocupantes que serão beneficiados pela Reurb e respectivas qualificações, com indicação das respectivas unidades, ficando dispensadas a apresentação de título cartorial individualizado e as cópias da documentação referente à qualificação de cada beneficiário.

§2º A qualificação dos beneficiários a que se refere o § 1º será constituída de:

I – Nome completo;

II – Estado civil;

III – Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF; e

IV – Número do Documento de Identidade.

§3º Poderá haver mais de um documento indicativo do direito real constituído em um núcleo urbano informal e caberá ao Município de Piumhi – MG indicar a qual direito real cada beneficiário faz jus.

§4º O procedimento previsto neste artigo poderá ser aplicado no todo ou em parte do núcleo urbano informal e as unidades que não se enquadrarem neste artigo poderão ser tituladas individualmente.

§5º A listagem dos ocupantes e o instrumento indicativo do direito real constituído, previstos no § 1º, poderão ser encaminhados ao cartório de registro de imóveis em momento posterior ao registro da CRF.

Art.14. O Município de Piumhi – MG poderá instituir como instrumento de planejamento urbano Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), no âmbito da política municipal de ordenamento de seu território.

§1º Para efeitos deste Decreto, considera-se ZEIS a parcela de área urbana instituída pela lei municipal de uso e ocupação do solo, destinada preponderantemente à população de baixa renda e sujeita a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo.

§2º A Reurb não está condicionada à existência de ZEIS.

Seção II

Da Demarcação Urbanística

Art.15. O Município de Piumhi – MG poderá se valer do procedimento de demarcação urbanística previsto na legislação federal pertinente, com base no levantamento da situação da área a ser regularizada e na caracterização do núcleo urbano informal a ser regularizado.

Seção III

Da Legitimação Fundiária

Art.16. A legitimação fundiária, forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder executivo, exclusivamente no âmbito da Reurb, poderá ser conferida àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente até 22 de dezembro de 2016.

§1º Na Reurb-S a legitimação fundiária será concedida ao beneficiário, desde que atendidas as seguintes condições:

I – o beneficiário não seja concessionário, foreiro ou proprietário de imóvel urbano ou rural;

II – o beneficiário não tenha sido contemplado com legitimação de posse ou fundiária de imóvel urbano com a mesma finalidade, ainda que situado em núcleo urbano distinto; e

III – em caso de imóvel urbano com finalidade não residencial, seja reconhecido pelo poder público o interesse social da ocupação.

§2º A legitimação fundiária será utilizada para a regularização de imóveis não edificadas apenas na modalidade Reurb-E.

§3º Por meio da legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da Reurb, o ocupante adquire a unidade imobiliária com destinação urbana livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado.

§4º Na Reurb-S de imóveis públicos, o poder executivo municipal fica autorizado, quando titular do domínio, a reconhecer o direito de propriedade aos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado por meio da legitimação fundiária.

§5º Para que haja o reconhecimento nos termos do §4º, é imprescindível a emissão de CRF do Município de Piumhi – MG, secretarias competentes, e do Conselho Municipal de Desenvolvimento, que atestará o cumprimento dos requisitos legais exigidos neste artigo e submeterá o processo ao chefe do poder executivo.

§6º Na legitimação fundiária, o Poder Executivo Municipal encaminhará ao cartório de registro de imóveis, para registro imediato da aquisição de propriedade, a CRF, dispensados a apresentação de título individualizado e as cópias da documentação referente à qualificação do beneficiário, o projeto de regularização fundiária aprovado, a listagem dos ocupantes e a sua devida qualificação e a identificação das áreas que estes ocupam.

§7º Para fins do disposto no §5º, a CRF será acompanhada exclusivamente pelo projeto de regularização fundiária aprovado, a listagem dos ocupantes, com a sua qualificação, e a identificação das áreas ocupadas.

§8º O Poder Executivo poderá atribuir domínio adquirido por legitimação fundiária aos ocupantes que não tenham constado da listagem inicial, por meio de cadastramento complementar, sem prejuízo dos direitos de quem tenha constado da listagem inicial.

§9º O procedimento previsto neste artigo poderá ser aplicado no todo ou em parte do núcleo urbano informal e as unidades que não tenham sido regularizadas por meio da legitimação fundiária poderão ser regularizadas por meio de outro instrumento previsto em lei.

Seção IV

Da Legitimação de Posse

Art.17. A legitimação de posse, instrumento de uso exclusivo para fins de regularização fundiária, constitui ato do poder executivo destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da Reurb, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse, o qual é conversível em direito real de propriedade, na forma deste Decreto e da legislação federal pertinente.

Parágrafo único. A legitimação de posse poderá ser transferida por 'causa mortis' ou por ato 'inter vivos'.

Art.18. Sem prejuízo dos direitos decorrentes do exercício da posse mansa e pacífica no tempo, aquele em cujo favor for expedido título de legitimação de posse, decorrido o prazo de 05 (cinco) anos de seu registro, terá a conversão automática dele em título de propriedade, desde que atendidos os termos e as condições do artigo 183 da Constituição Federal, independentemente de prévia provocação ou prática de ato registral.

§1º Nos casos não contemplados pelo artigo 183 da Constituição Federal, o título de legitimação de posse poderá ser convertido em título de propriedade, desde que satisfeitos os requisitos de usucapião estabelecidos na legislação em vigor, a requerimento do interessado, perante o registro de imóveis competente.

§2º A legitimação de posse, após convertida em propriedade, constitui forma originária de aquisição de direito real, de modo que a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada restará livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio beneficiário.

Art.19. O título de legitimação de posse poderá ser cancelado pelo Poder Executivo quando constatado que as condições estipuladas neste Decreto e na legislação federal deixaram de ser satisfeitas, sem que seja devida qualquer indenização àquele que irregularmente se beneficiou do instrumento.

Seção V

Da instrução processual

Art.20. Nos procedimentos de legitimação fundiária e legitimação de posse o processo administrativo para conhecimento e concessão do direito real será instruído no mínimo, por:

- I – documento de identidade e CPF do(s) titular(es) e cônjuge ou companheiro;
- II – comprovante de residência com emissão, no máximo, a 03 (três) meses da data da apresentação;
- III – certidão de nascimento/casamento ou, se se tratar de pessoa jurídica, de registro civil ou comercial, acompanhada de cópia do contrato ou do estatuto social;
- IV – cadastro do beneficiário, em formulário próprio, por ele assinado;
- V – documento(s) comprobatório(s) de direito sobre a área e da origem desse direito;
- VI – certidão de registro da área em nome do beneficiário ou de seus antecessores, quando houver;
- VII – planta e memorial descritivo da área.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

Seção I

Disposições Gerais

Art.21. A Reurb obedecerá às seguintes fases:

- I – requerimento dos legitimados;
- II – processamento administrativo do requerimento, no qual será conferido prazo para manifestação dos titulares de direitos reais sobre o imóvel e dos confrontantes;
- III – elaboração do projeto de regularização fundiária;
- IV – saneamento do processo administrativo;
- V – decisão da autoridade competente, mediante ato formal, ao qual se dará publicidade;
- VI – expedição da CRF pelo Município; e

VII – registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.

Art.22. Compete ao Poder Executivo:

I – aprovar a classificação apresentada pelo requerente, caso a caso, das modalidades da Reurb, em atenção ao disposto no art.6º deste Decreto;

II – conceder ou contratar, por meio de licitação, ou credenciar, para instituição de parceira visando a execução do serviço público da Reurb, resguardando para si a chancela dos documentos previstos no procedimento de regularização;

III – receber os protocolos para aprovação dos projetos de regularização fundiária, através da Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento;

IV – emitir a CRF.

§1º O requerimento da Reurb, realizado por meio de um dos legitimados previstos neste Decreto, será protocolado junto a Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento e deve ser instruído, no mínimo, sob pena de indeferimento, com os seguintes documentos do núcleo urbano a ser regularizado:

I – Planta georreferenciada e memorial descritivo do perímetro a ser regularizado, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;

II – Indicação dos possíveis proprietários e confrontantes do núcleo urbano informal, indicando, quando possível, o nome completo, CPF e endereço residencial;

III – Indicação de possíveis restrições à ocupação;

IV – Indicação da modalidade de Reurb.

§2º Recebido o requerimento, a Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento verificará a documentação entregue pelo requerente no prazo de até 30 (trinta) dias e, caso a documentação esteja em desconformidade com o previsto no §1º, o indeferirá, indicando as complementações necessárias ao processamento do pedido.

§3º Estando o requerimento em conformidade com os documentos previstos neste artigo, a Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social elaborará parecer, classificando a Reurb, no prazo de até 90 (noventa) dias.

§4º O parecer a que alude o parágrafo terceiro será encaminhado para parecer da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura sobre a infraestrutura, posteriormente encaminhado ao Conselho Municipal de Conservação e Defesa do meio Ambiente – CODEMA e Conselho Municipal de Desenvolvimento para pareceres ambientais e sociais, respectivamente, ao final ao Chefe do Poder Executivo que, aquiescendo, instaurará o procedimento.

§5º Decorrido o prazo previsto no §3º sem manifestação da Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento, a modalidade de Reurb será classificada automaticamente, conforme indicação do requerente, com consequente prosseguimento do procedimento administrativo da Reurb, sem prejuízo de futura revisão dessa classificação pelas secretarias e conselhos descritos no §4º, mediante estudo técnico que a justifique.

§6º Na Reurb requerida pela União ou pelos Estados, a classificação prevista no inciso I do caput deste artigo será de responsabilidade do ente federativo instaurador.

Art.23. Instaurada a Reurb, o Poder Executivo deverá proceder às buscas necessárias para determinar a titularidade do domínio dos imóveis onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado.

§1º Caberá a parte requerente comprovar a aquiescência dos titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confinantes e os terceiros eventualmente interessados.

§2º Quanto aos imóveis públicos municipais deverão ser apresentadas notificação encaminhada aos confinantes e aos terceiros eventualmente interessados, para aquiescência.

§3º O Município de Piumhi – MG, após publicação do instrumento legal que deferir a Reurb, havendo impugnações no prazo de 30 (trinta) dias, deverá promover reavaliação do projeto de regularização fundiária.

§4º O procedimento extrajudicial de composição de conflitos será iniciado caso a impugnação não seja acolhida, junto a Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento.

§5º A publicação do §3º deverá conter advertência de que a ausência de impugnação implicará a perda de eventual direito de qualquer interessado sobre o imóvel objeto da Reurb.

§6º Apresentada a impugnação apenas em relação a parte da área objeto da Reurb, é facultado ao poder executivo prosseguir com a Reurb em relação à parcela não impugnada.

§7º O Município de Piumhi – MG, através da Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento, poderá instituir Comissão Especial Reurb para acompanhar os requerimentos protocolados sobre Reurb, que poderá avaliar, processar, deferir ou rejeitar a impugnação infundada, por meio de ato fundamentado do qual constem as razões pelas quais assim a considerou, e dar seguimento à Reurb se o impugnante não apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação da decisão de rejeição.

§8º Indeferido o recurso, o impugnante apresentará as suas razões ao chefe do Poder Executivo, que nomeará Comissão Especial para análise do recurso interposto.

§9º Considera-se infundada a impugnação que:

I – não indicar, de forma plausível, onde e de que forma a Reurb avança na propriedade do impugnante, apresentando, imprescindivelmente, título de propriedade;

II – não apresentar motivação, ainda que sumária; ou

III – versar sobre matéria estranha ao procedimento da Reurb em andamento.

§10. Caso algum dos imóveis atingidos ou confinantes não esteja matriculado ou transcrito na serventia, serão realizadas diligências junto às serventias anteriormente competentes, mediante apresentação da planta do perímetro regularizado, a fim de que a sua situação jurídica atual seja certificada.

§11. O requerimento de instauração da Reurb ou, na forma do regulamento, a manifestação de interesse nesse sentido por parte de quaisquer dos legitimados garante, perante o Poder Público, aos ocupantes dos núcleos urbanos informais situados em áreas públicas a ser regularizados, a permanência em suas unidades imobiliárias, preservadas as situações de fato já existentes, até o eventual arquivamento definitivo do procedimento da Reurb.

§12. Na Reurb-E, compete ao requerente legitimado fornecer as certidões que comprovem a titularidade de domínio da área, providenciar o levantamento topográfico georreferenciado e apresentar o memorial descritivo da área e a planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração, quando possível, das matrículas ou das transcrições atingidas.

§13 Fica dispensado o disposto no parágrafo anterior, caso adotados os procedimentos da demarcação urbanística.

Art.24. Instaurada a Reurb, compete ao chefe do Poder Executivo, através de Decreto Municipal, aprovar o projeto de regularização fundiária, do qual deverão constar as responsabilidades das partes envolvidas.

§1º A elaboração e o custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial obedecerão aos seguintes procedimentos:

I – na Reurb-S:

a) operada sobre área de titularidade de ente público, caberá a parte requerente a responsabilidade de elaborar o projeto de regularização fundiária, nos termos do ajuste que venha a ser celebrado e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária; e

b) operada sobre área titularizada por particular, caberá a parte requerente a responsabilidade de elaborar e custear o projeto de demarcação da regularização fundiária e a implantação da infraestrutura essencial, quando necessária, cabendo ao proprietário do imóvel o pagamento diretamente ao prestador do serviço.

II – na Reurb-E, a regularização fundiária será contratada e custeada por seus potenciais beneficiários ou requerentes privados através de pagamento diretamente ao executor do serviço público.

§2º Se houver interesse público, nas hipóteses a que se referem os incisos I e II do § 1º, o Poder Executivo poderá proceder à elaboração e ao custeio do projeto de regularização fundiária e da implantação da infraestrutura essencial.

§3º Os custos a que se refere o inciso II do § 1º e o § 2º referem-se à elaboração dos documentos previstos na Lei 13.465/2017, não incluindo eventuais compensações ambientais que se fizerem necessárias.

§4º Quando a área a ser regularizada for pública, o termo de compromisso poderá ser celebrado entre o Poder Público titular e o Poder Público municipal para fins de elaboração do projeto de regularização fundiária e implantação da infraestrutura essencial, dos equipamentos comunitários e das melhorias habitacionais previstas nos projetos de regularização fundiária.

Seção II

Do Projeto de Regularização Fundiária

Art.25. O projeto de regularização fundiária conterá, no mínimo:

I – levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II – planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

III – estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

IV – projeto urbanístico;

V – memoriais descritivos;

VI – proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;

VII – estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;

VIII – estudo técnico ambiental, para os fins previstos neste Decreto, quando for o caso;

IX – cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e

X – termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

§1º Na regularização de núcleo urbano informal que já possua a infraestrutura essencial implantada e para o qual não haja compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados, fica dispensada a apresentação do cronograma físico e do termo de compromisso previstos nos incisos IX e X do caput.

§2º Na hipótese a que se refere o § 1º, constará da CRF, mediante declaração da Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Desenvolvimento, que o núcleo urbano regularizado já possui a infraestrutura essencial definida no §1º do artigo 26 deste Decreto e que não existem compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.

§3º O projeto de regularização fundiária considerará as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar os lotes, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público.

Art. 26. O projeto urbanístico de regularização fundiária deverá conter, no mínimo:

I – as áreas ocupadas, o sistema viário e as unidades imobiliárias existentes e projetados;

II – as unidades imobiliárias a serem regularizadas, as suas características, a área, as confrontações, a localização, o nome do logradouro e o número da designação cadastral, bem como seu possuidor;

III – as unidades imobiliárias edificadas a serem regularizadas, as suas características, a área dos lotes e das edificações, as confrontações, a localização, o nome do logradouro e o número da designação cadastral, bem como seu possuidor;

IV – quando for o caso, as quadras e as suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade regularizada;

V – os logradouros, os espaços livres, as áreas destinadas aos edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, quando houver;

VI – as áreas já usucapidas;

VII – as medidas de adequação para correção das desconformidades;

VIII – as medidas necessárias à adequação da mobilidade, da acessibilidade, da infraestrutura e da relocação de edificações;

IX – as obras de infraestrutura essenciais, quando necessárias; e

X – outros requisitos que sejam definidos pelo Município de Piumhi – MG.

§1º Para fins deste Decreto, considera-se infraestrutura essencial os seguintes equipamentos:

I – sistema de abastecimento de água potável, coletivo ou individual;

II – sistema de coleta e tratamento do esgotamento sanitário, coletivo ou individual;

III – rede de energia elétrica domiciliar;

IV – soluções de drenagem de água pluvial; e

V – outros equipamentos a serem definidos em ato do poder executivo.

§2º A Reurb pode ser implementada por etapas, abrangendo o núcleo urbano informal de forma total ou parcial.

§3º Na Reurb de parcelamentos do solo, as edificações já existentes nos lotes poderão ser regularizadas, a critério do poder executivo, em momento posterior, de forma coletiva ou individual.

§4º As obras de implantação de infraestrutura essencial, de equipamentos comunitários e de melhoria habitacional, bem como sua manutenção, podem ser realizadas antes, durante ou após a conclusão da Reurb.

§5º A inexistência de regulamentação dos requisitos a que se refere o §1º não impedirá o processamento da Reurb e o registro da CRF.

§6º A planta e o memorial descritivo deverão ser assinados por profissional legalmente habilitado.

§7º As áreas já usucapidas referidas no inciso VI do caput e aquelas já registradas, por qualquer outro meio, constarão do projeto de regularização fundiária com a área constante na matrícula ou na transcrição e com a observação de se tratar de unidade imobiliária já registrada, devendo a nova descrição técnica georreferenciada da unidade imobiliária ser averbada na matrícula existente.

Art.27. O memorial descritivo do núcleo urbano informal conterá, no mínimo:

I – a descrição do perímetro do núcleo urbano, com indicação resumida de suas características;

II – a descrição técnica das unidades imobiliárias, do sistema viário e das demais áreas públicas que componham o núcleo urbano informal;

III – a enumeração e a descrição dos equipamentos urbanos comunitários e dos prédios públicos existentes no núcleo urbano informal e dos serviços públicos e de utilidade pública que integram o domínio público com o registro da regularização;

IV – quando se tratar de condomínio, as descrições técnicas, os memoriais de incorporação e os demais elementos técnicos previstos na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

Art.28. Na Reurb-S caberá a parte requerente implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais previstos nos projetos de regularização, assim como arcar com os ônus de sua manutenção.

Parágrafo único. Poderá o Município de Piumhi – MG implementar a infraestrutura essencial, os equipamentos comunitários e as melhorias habitacionais quando for o instituidor da Reurb-S ou por decisão judicial transitada em julgado ou por lei autorizativa.

Art.29. Na Reurb-E, o poder executivo deverá definir, por ocasião da aprovação dos projetos de regularização fundiária, nos limites da legislação de regência, os responsáveis pela:

- I – implantação dos sistemas viários;
- II – implantação da infraestrutura essencial e dos equipamentos públicos ou comunitários, quando for o caso; e
- III – implementação das medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental, e dos estudos técnicos, quando for o caso.

§1º As responsabilidades de que trata o caput deste artigo poderão ser atribuídas aos beneficiários/requerentes da Reurb-E.

§2º Os responsáveis pela adoção de medidas de mitigação e compensação urbanística e ambiental deverão celebrar termo de compromisso com as autoridades competentes como condição de aprovação da Reurb-E.

Art.30. Para que seja aprovada a Reurb de núcleos urbanos informais, ou de parcela deles, situados em áreas de riscos geotécnicos, de inundações ou de outros riscos especificados em lei, estudos técnicos deverão ser realizados, a fim de examinar a possibilidade de eliminação, de correção ou de administração de riscos na parcela por eles afetada.

§1º Na hipótese do caput deste artigo, é condição indispensável à aprovação da Reurb a implantação das medidas indicadas nos estudos técnicos realizados.

§2º O estudo técnico de que trata este artigo será elaborado por profissional habilitado integrante do corpo técnico da concessionária ou sob responsabilidade do profissional habilitado da parte requerente.

§3º Os estudos técnicos previstos neste artigo aplicam-se somente às parcelas dos núcleos urbanos informais situados nas áreas de risco e a parte do núcleo urbano não inserida na área de risco e não afetada pelo estudo técnico poderá ter o seu projeto de regularização fundiária aprovado e levado a registro separadamente.

§4º Na Reurb-S de área de risco que não comporte eliminação, correção ou administração, depois de constatado pelo Município de Piumhi – MG, será indeferido.

§5º Na Reurb-E de área de risco que não comporte eliminação, correção ou administração, a realocação dos ocupantes do núcleo urbano informal a ser regularizado será providenciada pelo titular de domínio, pelos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, pelos beneficiários ou pelo legitimado promotor da Reurb.

Seção III

Da Conclusão da Reurb

Art.31. O pronunciamento do chefe do poder executivo que decidir o processamento administrativo da Reurb poderá:

- I – aprovar, mediante manifestação das Secretarias e Conselhos Municipais pela aprovação, o projeto de regularização fundiária resultante da Reurb, após relatório elaborado pela concessionária ou requerente;
- II – indicar as intervenções a serem executadas, conforme o projeto de regularização fundiária apresentado; e
- III – identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada e os seus direitos reais, após parecer, pugnando pela aprovação, elaborado pela Procuradoria Municipal.

§1º As intervenções previstas no inciso II do caput consistem em obras de implantação da infraestrutura essencial, serviços e compensações que serão promovidas pela parte requerente.

§2º Na hipótese de constituição de direitos reais feita por título individual, a autoridade competente fica dispensada do cumprimento do disposto no inciso III do caput.

Art.32. A CRF é o ato administrativo de aprovação da Reurb que acompanhará o projeto de regularização fundiária aprovado e conterá, no mínimo:

- I – o nome do núcleo urbano regularizado;
 - II – a localização do núcleo urbano regularizado;
 - III – a modalidade da Reurb;
 - IV – os responsáveis pelas obras e pelos serviços constantes do cronograma;
 - V – a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando possível; e
 - VI – a listagem dos ocupantes que houverem adquirido a unidade, por meio de título de legitimação fundiária ou de ato único de registro, que conterá o nome do ocupante e seu(ua) cônjuge ou companheiro(a), o seu estado civil, a sua profissão, o seu número de inscrição no CPF, o número de sua carteira de identidade e a sua filiação.
- Parágrafo Único: A CRF, na hipótese de Reurb somente para titulação final dos beneficiários de núcleos urbanos informais já registrados junto ao cartório de registro de imóveis, dispensa a apresentação do projeto de regularização fundiária aprovado.

Art.33. O indeferimento do projeto de regularização fundiária será técnico e legalmente fundamentado, de modo a permitir, quando possível, a reformulação do referido projeto e a reavaliação do pedido de aprovação.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art.34. O registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado será requerido diretamente ao oficial do cartório de registro de imóveis de Piumhi – MG e obedecerá ao disposto na legislação federal pertinente.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art.35. O Poder Executivo Municipal poderá criar Comissões Especiais para melhor elucidação e apreciação dos requerimentos inerentes ao Reurb.

§1º O modo de composição e funcionamento das Comissões Especiais de que trata o caput deste artigo será estabelecido em ato do Poder Executivo, que inclusive terá competência para requerer instituição de Reurb em áreas especiais a ser apreciada pelo Poder Executivo e implementado nos moldes legais.

§2º A instauração de procedimento administrativo, a ser conduzido por Comissão Especial, para a resolução consensual de conflitos no âmbito da Reurb, suspende a prescrição, nos termos da legislação federal pertinente.

Art.36. Poderão ser utilizados no âmbito da Reurb, sem prejuízo de outros instrumentos previstos na legislação federal pertinente, o direito real de laje, o condomínio urbano simples, o condomínio de lotes e a arrecadação de imóveis abandonados.

Art.37. A regularização de conjuntos habitacionais dar-se-á em conformidade com o previsto na Lei Federal 13.465 de 2017.

Art.38. As glebas parceladas para fins urbanos anteriormente a 19 de dezembro de 1979, que não possuem registro, poderão ter a sua situação jurídica regularizada mediante o registro do parcelamento, desde que esteja implantado e integrado ao Município de Piumhi, podendo, para tanto, utilizar-se dos instrumentos previstos neste Decreto e na Lei Federal 13.465 de 2017.

§1º O interessado requererá ao oficial do cartório de registro de imóveis a efetivação do registro do parcelamento, munido dos seguintes documentos:

I – planta da área em regularização assinada pelo interessado responsável pela regularização e por profissional legalmente habilitado, acompanhada da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) ou de Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), contendo o perímetro da área a ser regularizada e as subdivisões das quadras, lotes e áreas públicas, com as dimensões e numeração dos lotes, logradouros, espaços livres e outras áreas com destinação específica, se for o caso;

II – descrição técnica do perímetro da área a ser regularizada, dos lotes, das áreas públicas e de outras áreas com destinação específica, quando for o caso;

III – documento expedido pela Secretaria de Administração e Finanças, atestando que o parcelamento foi implantado antes de 19 de dezembro de 1979 e que está integrado à cidade.

§2º A apresentação da documentação prevista no § 1º deste artigo dispensa a apresentação do projeto de regularização fundiária, de estudo técnico ambiental, de CRF ou de quaisquer outras manifestações, aprovações, licenças ou alvarás emitidos pelo poder público municipal.

Art.39. Para fins da Reurb, conforme previsto na legislação federal pertinente, ficam dispensadas a desafetação e as exigências previstas no inciso I do caput do art. 76 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Art.40. Fica facultado ao Poder Executivo, quando for o caso, independente da modalidade de Reurb adotada, desde que previsto em lei, a cobrança pela elaboração dos serviços e procedimentos previstos neste Decreto.

Art.41. Aplica-se à regularização fundiária urbana empreendida em âmbito municipal as disposições constantes na Lei Federal 13.465/17 e Decreto Federal 9.310/18 no que for pertinente.

Art.42. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Piumhi – MG, 9 de Janeiro de 2024.

PAULO CÉSAR VAZ

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIUMHI

DECRETO Nº 5.501/2024

Dispõe sobre nomeação dos Conselheiros Tutelares do Município de Piumhi para o quadriênio de 2024/2028 e dá outras providências.

O Chefe do Poder Executivo do Município de Piumhi, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n. 2.677 de 29 de março de 2023 que “Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências”.

CONSIDERANDO o resultado definitivo da eleição realizada em 01 de outubro de 2023 para o Cargo de Conselheiro Tutelar do município de Piumhi-MG convalidado pela ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMDCA N. 24/2023 e nos termos da RESOLUÇÃO Nº 20 DE 24 DE OUTUBRO DE 2023 – CMDCA – PIUMHI – MG;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, nos termos e na ordem da Resolução CMDCA nº 20 de 24 de outubro de 2023, os Conselheiros do Conselho Tutelar do Município de Piumhi – MG para o quadriênio 2024-2028:

§1º. Como conselheiros eleitos titulares:

1º- Gustavo Henrique Silva;

2º- Célia Lúcia Santos Silva;

3º- Liege Rezende Costa;

4º- Neusa Aparecida Santos Silva;

5º- Larissa Rafaela Souza e Cunha;

§2º. Como conselheiros eleitos suplentes:

6º- Sílvia Oliveira (Maria Aparecida Silva Oliveira);

7º- Maria Aparecida Domingos Souza;

8º- Cristiane das Neves Silva;

9º- Johara Nunes Sá;

10º- Ângela Vieira da Silva.

§3º. Fica deferido, a desistência de nomeação e posse da candidata Marceley Marques Honório Santos que obteve 102 (cento e dois) votos.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Piumhi – MG, 10 de janeiro de 2024.

PAULO CÉSAR VAZ

PREFEITO MUNICIPAL

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE PIUMHI

PORTARIA-SAAE-PIU- Nº 03/2024

PORTARIA-SAAE-PIU- Nº 03/2024

NOMEIA COMISSÃO PARA VERIFICAÇÃO DE CAIXA

O Diretor Executivo do Serviço de Água e Esgoto de Piumhi, Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Resolução nº 139/2021 de 04/01/2021, criada pelo Comitê Técnico e Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi, Minas Gerais.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão para Verificação de Caixa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi/Minas Gerais composta pelos seguintes membros:

- Rosilaine Ferreira Silva Figueiredo – Presidente
- Sônia Roseni Costa – Membro
- José Segundo Faria – Membro

Art. 2º. O mandato dos servidores acima nomeados será até 31/12/2024.

Art. 3º. Os servidores nomeados desempenharão suas atribuições concomitantes com as de seus respectivos cargos e funções.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Piumhi, 03 de janeiro de 2024

Eduardo de Assis

Diretor Executivo do SAAE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE PIUMHI

PORTARIA-SAAE-PIU- Nº 02/2024

PORTARIA-SAAE-PIU- Nº 02/2024

Designa Membros da Comissão Especial de Conferência de Valores em Tesouraria, Exercício de 2023.

O Diretor Executivo do Serviço de Água e Esgoto de Piumhi, Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Resolução nº 139/2021 de 04/01/2021, criada pelo Comitê Técnico e Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi, Minas Gerais.

Considerando que a obrigatoriedade de realização de inventário na Administração Pública decorre do disposto na Lei n. 4.320/1964.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial responsável pela conferência dos valores constantes em tesouraria, que refletem valores sintéticos no Balanço Patrimonial do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi/MG, referente ao exercício de 2023, composta pelos seguintes membros:

- | | | |
|---------------------------------------|-----------------|------------------|
| I – Patrik José da Silva | Contador | Coordenador; |
| II – Sônia Roseni Costa | matricula :2447 | subcoordenadora; |
| III – Valdete Aparecida Oliveira Leão | Matricula: 0020 | Relatora; |

Art. 2º. Considerando a edição do Boletim TCEMG/SICOM nº. 8/2019, o qual traz orientações sobre o preenchimento da Certidão de Inventário contendo os valores em Tesouraria sobre a Prestação de Contas do Exercício Financeiro de 2023.

Art. 3º. Compete a comissão ora designada:

- a) Ter acesso a toda documentação necessária para levantamento e análise dos dados;
- b) A comissão deverá fazer o levantamento dos saldos registrados na contabilidade (conta caixa e equivalente caixa) e os valores e bens constantes em tesouraria (numerais em espécies, posição financeira em poder de instituições financeiras, existência de ordens de pagamento, cheques emitidos ou a depositar não liquidados, títulos e outros documentos sob guarda da Autarquia), análise da documentação das contas bancárias e se passivo de divergências nas contas bancárias deverá demonstrar o valor físico com os lançamentos contábeis nos relatórios da escrituração sintética na contabilidade;
- c) Ao final da análise a Comissão emitirá uma Certidão de Inventário Físico e Financeiro dos Valores Registrados em Tesouraria, na qual devem ser relatadas se foram encontradas ou não divergências;
- d) Se havendo divergências caberá a Comissão adotar as providências necessárias para que sejam sanadas.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE

Piumhi – MG 03 de janeiro de 2.024.

Eduardo de Assis – Diretor Executivo do SAAE

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO SAAE PIUMHI

PORTARIA- SAAE – PIUMHI – Nº 01/2024

PORTARIA- SAAE – PIUMHI – Nº 01/2024

“NOMEIA COMISSÃO DE CONTROLE INTERNO”

“O Diretor executivo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi, Minas Gerias, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Resolução no 139/2021 de 04/01 /2021, criada pelo Comitê Técnico e Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi, Minas Gerais e de acordo com a Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, número 005/99 de 15 de dezembro de 1999”.

RESOLVE:

Artigo 1 0 – Fica designada a Comissão de Controle Interno do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi-MG, composta dos seguintes servidores:

Sonia Roseni Costa.....Presidente

José Segundo de Faria.....1 0 Membro Efetivo

Rosilaine Ferreira Silva Figueiredo.....20 Membro Efetivo

Parágrafo primeiro – Fica designado respectivamente os membros efetivos 01 e 02 da Comissão de Controle Interno, para responder inteiramente pela função de Presidente, nos casos de impedimentos legais do Titular.

Parágrafo segundo – Para execução das atividades do Controle Interno, os servidores ora designados não receberão nenhuma vantagem adicional.

Artigo 20 – Para execução de suas atividades em caso de dúvida, a Comissão aqui formada poderá recorrer à especialistas da área, nas avaliações e acompanhamentos do Controle Interno.

Parágrafo Único – As despesas com as reuniões periódicas do Controle Interno correrão à conta das dotações constantes dos orçamentos especialmente previstas junto às atividades da Administração da autarquia.

Artigo 30 – Para alcançar os objetivos determinados, a comissão de Controle Interno poderá baixar instruções, visando o aperfeiçoamento e a uniformidade de procedimento, desde que, em conformidade com a legislação existente.

Artigo 40 – A comissão fará reuniões periódicas, com intervalo máximo de 30 (trinta) dias, e visitará as seções ou setores constantes da estrutura do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Piumhi, Minas Gerais.

Artigo 50 – A Comissão aqui formada, apresentará um relatório trimestral contendo todos os dados apurados e sugestões de programação de despesas para o trimestre seguinte.

Parágrafo Primeiro – A programação será analisada em função da disponibilidade de recursos apresentada no fluxo de caixa do trimestre.

Parágrafo segundo – Se a disponibilidade financeira for suficiente para a demanda, nos diversos setores da autarquia, os recursos serão rateados de acordo com sua ordem de prioridade em relação aos objetivos traçados, asseguradas as condições de funcionamento normal das unidades do SAAE.

Parágrafo terceiro – Na determinação dos objetivos traçados, todas as unidades competentes do SAAE deverão ser consultadas, mormente o Diretor da Autarquia.

Parágrafo quarto – É facultado à Comissão propor alteração na programação realizada por trimestre, desde que, haja condições orçamentárias e financeiras para tal. Para efetivação de qualquer mudança deverão ser justificados os seus motivos.

Artigo 60 – A comissão, apresentará um relatório anual, sucinto, contendo todas as atividades e sugestões, que deverá ser entregue até o dia 5 (cinco) de fevereiro do ano subsequente.

Artigo 70 – A comissão realizará seus trabalhos, em observância rigorosa à Lei 14.133/2021 e suas alterações, assim como à toda legislação pertinente, no que se refere à legalidade, eficiência e controle da gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da autarquia,

Artigo 80 – A comissão formada trabalhará, no âmbito de sua competência aqui descritas, sendo que, havendo casos omissos ou duvidosos ou apuração de erros de procedimentos, o fato deverá ser levado de imediato ao conhecimento da Administração da autarquia.

Artigo 90 Ficam estabelecidas as principais competências dos servidores responsáveis pelo Controle Interno, a saber:

Subsidiar os responsáveis pela elaboração de planos, orçamentários e programação financeira, com informações e avaliações relativas à gestão do órgão.

II – Avaliar o cumprimento das metas previstas nos respectivos Planos Plurianuais e a execução dos programas de Governo e Orçamentários.

– Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão da administração indireta, Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Autarquia Municipal), e da aplicação dos recursos público e direito privado.

IV – Exercer o controle das operações de créditos, dos avais e garantias, bem como dos direitos e dos deveres da Autarquia.

V – Apoiar controle externo no exercício de sua missão constitucional.

VI – Organizar e executar por iniciativa própria ou a pedido do Tribunal de Contas, programação trimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao Tribunal os respectivos relatórios.

VI – Promover auditorias nas contas dos responsáveis sobre seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer que consignarão qualquer irregularidade ou ilegalidade constatada e indicarão as medidas adotadas para corrigir as falhas encontradas.

VIII – Alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instrua? Tomada de contas especial sempre que tiver conhecimento de qualquer ocorrência, com vistas a instauração de tomada de contas especial para apuração dos fatos e quantificação do dano, sob pena de responsabilidade solidária.

IX – Elaborar, apreciar e submeter ao Diretor do SAAE, estudos, propostas de diretrizes, programas e ações que objetivem a racionalização da execução da Despesa e o aperfeiçoamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e também objetive a implantação da arrecadação das receitas.

X – Zelar pela organização e manutenção utilizada dos cadastros, dos responsáveis por dinheiros, valores e bens públicos, o controle de estoque, almoxarifado, patrimônio, sujeitos à auditoria pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

XI – Emitir relatório, por ocasião do encerramento do exercício, sobre as contas e balanços e nos casos de inspeções, verificações e tomadas de contas.

Artigo 100 – Revogadas as disposições em Contrário, esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Piumhi – MG 03 de janeiro de 2024

Eduardo de Assis

Diretor do SAAE